



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CAMPUS DE SOBRAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**MARCOSSUEL GOMES ACIOLES**

**TRANSFORMAR, TRANSTORNAR E TRANSCEDER: PERCEPÇÕES DE**  
**PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E NOME**  
**SOCIAL DA PESSOA TRANSGÊNERO**

**SOBRAL/CE**

**2023**

MARCOSSUEL GOMES ACIOLES

TRANSFORMAR, TRANSTORNAR E TRANSCEDER: PERCEPÇÕES DE  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E NOME  
SOCIAL DA PESSOA TRANSGÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para defesa referente ao Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas.

Orientador: Ana Carolina Borges Leão Martins.

SOBRAL/CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
Aciotes, Marcossuel Gomes.

---

TRANSFORMAR, TRANSTORNAR E TRANSCEDER: PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA  
EDUCAÇÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E NOME SOCIAL DA PESSOA  
TRANSGÊNERO

Marcossuel Gomes Aciotes. – 2024.

30 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-  
Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins.

1. Transgênero. 2. Nome Social. 3. Educação. I. Título.

CDD 302.5

MARCOSSUEL GOMES ACIOLES

TRANSFORMAR, TRANSTORNAR E TRANSCEDER: PERCEPÇÕES DE  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E NOME  
SOCIAL DA PESSOA TRANSGÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para defesa referente ao Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas.

Orientador: Ana Carolina Borges Leão Martins.

Aprovada em 29/11/2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Carolina Borges Leao Martins (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Juliana Vieira Sampaio

Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Mauro Michel El Khouri

Centro Universitário INTA – UNINTA

## AGRADECIMENTOS

Eu vim caminhando, andarilho, nesses passos encontrei um bocado de gente, recebi um tanto, doei um tanto e agradeço a todos que de algum modo me permitiram entrar e sair. A meus pais, José Gomes e Madalena Acioles, que me impulsionam a voar, algumas vezes sem nem compreender como se faz. A meu irmão, Max Gabriel, que foi figura central a despertar em mim a vontade de realizar a pesquisa, me entregando valiosas discursões.

Agradeço à professora Denise Silva (*in memoriam*), que me acolheu, me ensinou, me ouviu e acreditou em mim, no projeto e na possibilidade de transformações para a comunidade transgênero que tanto sofreu e sofre em nosso país. À professora Rita Helena, vulgo Ritinha, que foi amparo, sensível, em um momento doloroso e difícil. À professora Ana Carolina Borges, vulgo Carol, que me abraçou e me mobilizou a continuar caminhando, direcionando e acolhendo, minha admiração e gratidão.

Agradeço também a todos que compõem a Associação da Diversidade de Itapipoca e a Coordenação de Direitos Humanos da Assistência Social de Itapipoca, em nome de Edna Moura e Rochelly Pitigliane. Ainda agradeço à Michelly Barreto, Psicóloga do IFCE, que contribuiu em todas as etapas do projeto, obrigado pelo apoio e pela partilha.

Ao companheiro de trabalho Mauro El Khouri, sempre presente e figura que tenho como referência profissional e a professora Juliana Vieira Sampaio que aceitou prontamente participar desse momento significativo na minha trajetória.

Aos amigos que cotidianamente estão comigo na caminhada, na luta, no afeto e, por vezes, nos desafetos também: Najara Oliveira, Francisco das Neves, Vanessa Carvalho, Sâmara Gurgel, Icaro Freitas, Priscila Holanda, Camila Holanda, José Maria Nogueira Neto, Jessica Pascoalino, Roberto Maia e todos os discentes que compunham a terceira turma do Programa de Mestrado de Psicologia e Políticas Públicas da UFC-Sobral.

Por fim, grato aos docentes que também estiveram presente nessa jornada da terceira turma do Programa de Mestrado de Psicologia e Políticas Públicas da UFC-Sobral.

## RESUMO

Transformar, transtornar e transcender: percepções de profissionais da educação sobre identidade de gênero e nome social da pessoa transgênero nascem do interesse em desenvolver estratégias através de uma pesquisa/intervenção, que permitisse acessar a percepções de profissionais da educação, sobre identidade de gênero e uso do nome social de pessoas transgênero. Assim, através do método freiriano do círculo de cultura, foi possível desenvolver diálogos que impactariam nas compreensões dos participantes no que tange a pauta trabalhada. A pesquisa foi desenvolvida no interior do Ceará, especificamente no Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Itapipoca, contando com a participação de 6 membros atuantes no contexto educacional. A análise dos dados se deu através da análise de conteúdo de Bardin, que permitiram chegar a três categorias, nomeadas da seguinte forma: TRANSformar: Identidade de gênero e nome social, a escola na cultura e a cultura na escola; TRANStornar: caminhos abertos e caminhos fechados e TRANScender: “Não faltam programas, falta participação e empenho ético”. Nestas categorias, ocorrem explicações que imprimem os debates ocorridos no círculo de cultura, avanços e fragilidades frente as questões que envolvem a pessoa transgênero no espaço escolar. Por fim, considera-se que as transformações sociais e a formulação de leis garantem uma mudança na abordagem às pessoas transgênero, entretanto, o preconceito, a opressão e a violência de gênero ainda são vivenciadas nas diversas nuances e a não participação de profissionais em espaços de debate sobre a temática podem ser indícios para comprovar tais fatos.

**Palavras-chave:** Transgênero; Nome Social;. Educação

## ABSTRACT

Transform, upset and transcend: perceptions of education professionals about gender identity and social name of the transgender person, arises from the interest in developing strategies through intervention research that would allow access to the perceptions of education professionals about gender identity and use of social name of transgender people and through the Freirian method of the culture circle we could develop dialogues that would impact the participants' understanding regarding the agenda being worked on. The research was developed in the interior of Ceará, specifically at the Federal Institute of Ceará (IFCE), Itapipoca campus, with the participation of 6 members working in the educational context. Data analysis was carried out through Bardin's content analysis, which allowed us to arrive at three categories, named as follows: TRANSform: Gender identity and social name, school in culture and culture in school; TRANStornar: open paths and closed paths and TRANScender: “There is no lack of programs, there is a lack of participation and ethical commitment”, in these there are explanations that reflect the debates that took place in the culture circle, advances and weaknesses in the face of issues involving transgender people in the school space. It is considered that social transformations, the formulation of laws, guarantee a change in the approach to transgender people, however, prejudice, oppression and gender violence are still experienced in different nuances and the non-participation of professionals in spaces for debate on the topic can be evidence to prove the facts.

**Keywords:** Transgender; Social Name; Education

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>Método .....</b>	<b>21</b>
<b>Resultados .....</b>	<b>26</b>
<b>Transformar: identidade de gênero e nome social, a escola na cultura e a cultura na escola.....</b>	<b>26</b>
<b>Transtornar: caminhos abertos e caminhos fechados.....</b>	<b>29</b>
<b>Transcender: “não faltam programas, falta participação e empenho ético”.....</b>	<b>32</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>37</b>
<b>Referências .....</b>	<b>39</b>

## APRESENTAÇÃO

A escola, enquanto cenário de socialização, é o espaço de exercício democrático e de pluralidades, por isso, tem fundamental relevância nos diversos tecidos que compõem a nossa compreensão sobre nós mesmos, assim como a relação que estabelecemos com o contexto a nossa volta e leitura de mundo que desenvolvemos. Durante anos, a política de educação brasileira tem se comprometido com um formato mecanicista, tradicional, mercantilista e, por vezes, se ausenta de temas centrais para a vida humana, como a sexualidade e o gênero que são constantemente atravessados por um totalitarismo pautado numa dinâmica heteronormativa discriminante e opressora.

Com isso, essa pesquisa/intervenção tem raízes na visualização de como o contexto escolar pode produzir sofrimento, sobretudo para pessoas que não se adequam ao absolutismo desta heteronormatividade. Portanto, são violentadas, estigmatizadas e impedidas de efetivar seus direitos dentro da estrutura educacional, principalmente pessoas transgênero, que relatam constantemente os efeitos de tais estigmas.

Foi objetivo central dessa pesquisa desenvolver estratégias de transformação, no que diz respeito a percepções de profissionais da educação, sobre identidade de gênero e uso do nome social de pessoas transgênero, a partir da intervenção com o uso do círculo de cultura. Possibilitando, assim, que surgissem expressões e debates sobre gênero e sexualidade, com isso, foi possível analisar as principais percepções/compreensões no que se refere à pessoa transsexual e ao uso do nome social por parte dos profissionais participantes do processo, sendo estes mesmos atores possíveis multiplicadores do método aplicado.

Apesar de todos os esforços para a inserção das temáticas de gênero e sexualidade nas políticas públicas de educação e nas demais, a discussão e efetivação de direitos de pessoas transgênero é atravessada pela interferência de movimentos conservadores, fundamentalistas e religiosos, que, baseados em suas doutrinas, operam para a manutenção da família nuclear e

tradicional e para o não reconhecimento da diversidade, por vezes no aniquilamento de pessoas LGBTQIAPN+(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e mais). Por isso, a escola, enquanto meio que interage diariamente com as questões sociais e culturais, está impregnada por preconceitos e discriminações.

A pesquisa/intervenção foi elaborada e concretizada no município de Itapipoca, interior do Ceará, estado que concentra um alto índice de homicídio de pessoas transgênero, apenas em 2020, foram 22 mortes, como noticia o Jornal Brasil e Fato, em 2021, por Pinheiro (2022). Na construção das intervenções locais, a Associação da Diversidade de Itapipoca (ADI) foi, e ainda é, base para mobilizar transformações. Assim, no dia 29 de janeiro de 2023, foi realizado evento alusivo ao dia da visibilidade trans, na oportunidade os(a/e) membros concretizaram debates que refletia impactos, possibilidades e limitações de pessoas que vivem a experiência trans na cidade. Tais relatos emocionaram, mobilizaram, além de fomentar a necessidade de mudanças nos contextos de forma geral, seja na escola, no trabalho, nas famílias e/ou nas comunidades. Após esse evento, outros tantos ocorreram e ocorrerão, pois a potência do grupo se mostra viva e em movimento.

Ademais, no que tange o campo educacional, o Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus Itapipoca foi o cenário escolhido, tendo a figura da profissional de Psicologia como principal estimulador para os andamentos do trabalho, por perceber a relevância da temática proposta.

Como ferramenta metodológica para a coleta de dados, foi utilizado o círculo de cultura, esse processo de pesquisa intervenção se caracteriza pela dialogicidade pautada nas experiências dos atores – sujeitos, os quais se orientam pelo desejo de cada um e cada uma aprenderem as falas do outro e da outra, problematizando-a e problematizando-se.

Participaram do círculo de cultura 6 pessoas, sendo 5 servidores do IFCE e um membro da ADI, pessoas com faixa etária entre 28 e 36 anos, sendo 3 homens cisgênero e 3 mulheres

cisgênero. Quanto a sexualidade, foram 3 pessoas que se declaram heterossexuais, 1 pessoa bissexual e 1 pessoa pansexual. Vale destacar que nenhum dos servidores(a) presentes era docente, todos(a) eram profissionais do serviço técnico, fato este que posteriormente será relatado de modo minucioso.

A análise de conteúdo ocorreu fundamentada em Bardin (2011), cruzando e padronizando os principais eixos surgidos durante os círculos de cultura. Durante a execução da pesquisa, muitas inquietações e posicionamentos foram levantados, potencializando os processos de construção de conhecimentos transversais. Dentre elas, as mudanças no cenário educacional frente a temática de gênero, sexualidade e suas ramificações, as limitações culturais que reverberam no contexto escolar, além da falta de execução de programas voltados para a pauta de gênero, sexualidade, identidade de gênero e nome social.

## Introdução

Todo ser humano é constituído através da rede de inter-relações sociais e é através desta que o “eu” é desenvolvido. Segundo Guareschi (2012), os aspectos relacionais pertinentes entre os indivíduos permitem a absorção de percepções plurais existentes no âmbito em que cada sujeito se encontra inserido. Essas diversidades estão intrinsecamente atreladas às dimensões culturais que exercem grande influência nas formas de agir no cotidiano do sujeito, como modo de pensar e de se expressar frente ao outro.

No que concerne às expressões sobre gêneros e sexualidades, a cultura, desde outrora, imprimiu e imprime uma regra de controle social, pautada numa lógica binária, heteronormativa e discriminante. Foucault (1988) diz que essas instituições de controle social também incorporaram uma lógica correcional e de condenação moral, que pensa na biopolítica como controle das vontades e dos corpos atravessadas pela dinâmica do poder. Em suas palavras “se tentarmos construir uma teoria do poder, será necessário sempre descrevê-lo como algo que emerge num determinado lugar e num dado tempo, e daí deduzir e reconstruir sua gênese” (Foucault, 1999). Fundamenta, assim, que não existe “o Poder”, o que existe são relações de poder, isto é, “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. (Machado, 1979).

Tais relações de poder, no bojo da cultura brasileira, estruturada através dos mecanismos de controle, efetivam processos de exclusão, inviabilizando o acesso a pautas que exprimem a diversidade, incluindo a de gênero e sexual. Butler (2015) discorre sobre os processos de enquadramento e reconhecimento que a vida se encontra passível, os quais, paradoxalmente, levam a excluir e não tornar incluso grupos de seres humanos que não são tidos como figura de ser humano dotado e reconhecido de direito.

A cultura brasileira, desde outrora, desenvolve-se um sistema heteronormativo, hierárquico, biologizante, binário, que subjuga aqueles(as) entendidos como desviantes, anormais e/ou doentes em decorrência da sua condição de gênero e/ou sexualidade divergente daquelas estabelecidas enquanto “normais”. Deste modo, as ditas minorias sexuais e de gênero foram e são conduzidas a uma precariedade, entendida por Butler (2018), como uma situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas, e ficam expostas ao dano, à violência e a morte.

No que se refere a população LGBTQIAPN+, pode-se afirmar que as percepções constituídas no senso comum estão geralmente atreladas às concepções discriminatórias, excludentes e estigmatizantes, mobilizadas por uma sociedade que oprime, violenta e mata pessoas que apresentam características diferentes das que são entendidas enquanto norma. Em 2020, o Relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTQIAPN+, no Brasil, apontou que aconteceram 224 homicídios e 13 suicídios. As travestis ultrapassaram os gays em número de mortes, são 161 travestis e trans, 51 gays, 10 lésbicas, 3 homens trans, 3 bissexuais e, ainda, 2 heterossexuais confundidos como gays. Acredita-se que essas percepções possam está atravessadas por posturas LGBTQIAP+ fóbicas.

Ademais, a pesquisa de Silva, Finkle e Moretti-Pires (2019) aponta que as percepções de um grupo de estudantes concluintes do curso de enfermagem sobre travestis e transexuais foram baseadas em uma visão biologicista e patologizante, reduzindo a vivência trans à necessidade de cirurgia. Os resultados revelam ancoragens em preconceito e juízos negativos de valor, com conceituações deturpadas, originando muitas vezes ações pouco acolhedoras e compreensivas por parte dos entrevistados (Silva, Finkle e Moretti-Pires, 2019, p. 03).

De acordo com Colling (2018), as mulheres transgênero são pessoas que tiveram um corpo lido como masculino, implicado principalmente pela noção biologista, entretanto, essas

se identificam com o universo feminino, efetivando mudanças corporais e ações que expressam feminilidade. No que tange os homens transgênero, a perspectiva biologizante imprime a ideia de um corpo feminino, entretanto, as expressões da identidade exploram a masculinidade.

É salutar elucidar que várias são as teorias que versam sobre a definição de identidade, pensando nas implicações de processos subjetivos e objetivos. Para Vasconcellos e Caetano (2014), a identidade é o resultado de uma construção social e da complexidade do social. Tal processo ocorre nas fronteiras interrelacionais, onde há implicações psicológicas e sociológicas. Portanto, o processo de formulação de identidade está sempre em construção, já que interage com as transformações vivenciadas no contexto social.

Segundo Firmino e Porchat (2017), a definição de identidade é utilizada como recurso hierárquicos nas relações de poder, estabelecendo muitas vezes um lugar de produção e/ou efeito nas relações, a exemplo do processo de definição da performatização do masculino e feminino no contexto social. Os autores ainda destacam que se deve observar os processos de produção dessas identidades e manutenção das relações entre elas, empreendendo-se uma pesquisa genealógica que analise os mecanismos de poder que as tem como efeito. (Firmino e Porchat, 2017, p. 52). Deste modo, a identidade perpassa uma compreensão do outro, de si, das relações estabelecidas e do desejo por performatização da masculinidade e/ou feminilidade estabelecidas nas relações de poder.

Ademais, Butler (2003) afirma que, para abranger o conceito de identidade, é preciso uma análise que busca compreender as condições históricas e os interesses políticos que contribuem para designar como causa as formulações de identidades que, em verdade, são efeitos das instituições falocêntricas e heteronormativas. Por isso, faz-se necessário uma leitura aprofundada no que versa uma condição ontológica que amplie horizontes para além das normas binárias estabelecidas socialmente, nessa condição, compreende-se que a

identidade está atrelada a uma composição em constituição contínua, implicada não necessariamente em atender as instituições, mas sendo estas fontes de mobilizações nos sujeitos.

Butler (2003) ainda afirma que o aspecto constitutivo arraigado às compreensões de desenvolvimento de papéis de gênero e sexualidade são direcionadas a partir de um determinismo cultural, que tem por fundamento um determinismo natural, pois o sexo precede o gênero. Ao elencar sobre identidade de gênero, a autora supracitada discorre sobre uma sequência de atos performativos, isso o afasta da identificação necessária com o sexo. Além disso, rompe com a ideia de que o corpo é um meio passivo sobre o qual a cultura o investe de significado, afirmando que o próprio sexo é uma construção que não tem existência fora do domínio do gênero, ainda destaca que não é o sexo que precede o gênero, e sim o contrário.

Como exposto anteriormente, as pessoas LGBTQIAPN+, principalmente travestis e transsexuais, são diariamente violentadas pela mobilização de tais aspectos culturais heteronormativos. O uso do nome social parte da compreensão identitária e é recorrentemente banalizado por aqueles que expressam seu ódio como maneira de deslegitimar a vida e os corpos desses. Por isso, Louro (1997) expressa que é necessário, no exercício do poder, dinamizar práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas e diversas para efetivas mudanças no cenário social. Assim, faz-se necessário a presença em todas as instâncias sociais, principalmente firmando leis e conquistando espaços.

Borges e Sturza (2018) destacam que todo ser humano está amparado pelo direito da personalidade, entendido como aquele que se caracteriza os atributos como corpo, o nome, a privacidade e o pseudônimo, que são espécies deste direito. Assim, após o nascimento, o sujeito se torna detentor de direitos e deveres, dentre eles o direito a nomeação, ou seja, uma forma de identificar o sujeito perante o Estado e o âmbito social. Corroborando com Borges e

Sturza (2018), o uso do nome social por pessoas transgênero tem relação com privacidade do indivíduo, tais como os direitos da personalidade e autodeterminação do sujeito, sendo pilar para dignidade humana. Qualquer tipo de discriminação social e institucional, no tocante ao reconhecimento do nome social dessa comunidade, afronta o direito à autodeterminação do sujeito tal como ele se sente (Borges, 2018, p. 35).

Ademais, Richartz (2018) reafirma o direito jurídico no uso do nome social, como ferramenta que possibilita garantir o direito da pessoa trans. Assim como garantia de dignidade da pessoa humana e reconhecimento, como um sinal exterior pelo qual as pessoas são reconhecidas e denominadas em seu seio familiar e social.

Compreende-se que se debruçar sobre as pautas de identidade de gênero e nome social da pessoa transgênero, trata-se de um compromisso social, para elencar o panorama atual e pensar medidas que possam garantir o direito, a saúde, o respeito a dignidade dessa população.

Já no que se refere as questões que envolvem os debate sobre a Política Pública Educacional no Brasil, envolve diversificados fatores, tanto no que diz respeito a suas transformações históricas, quanto ao processo contemporâneo, no que se refere aos seus fazeres e limitações. A história dessa política pública revela uma intensa ligação com a perspectiva conservadora e patrimonialista que moldou a estrutura do Estado e da sociedade brasileira ao longo do tempo. Em um país como o Brasil, em que a economia foi fundamentada no modelo agroexportador e na exploração de mão de obra escrava, a ênfase no direito à educação surgiu posteriormente. Portanto, há relevância em debater sobre as políticas públicas de educação no Brasil, especialmente considerando como elas se relacionam com as questões de gênero e sexualidade.

Com isso, Foucault (1984) aponta que a escola contribui na instauração dos mecanismos de poder, uma vez que regula e vigia afim de controlar possíveis padrões. Nesse

sentido, a escola não é apenas um mecanismo educacional, mas um modelo de reprodução de sentidos, controle de corpos e dispositivo disciplinar, negando muitas vezes as pluralidades e se comprometendo com o totalitarismo. Como expressa Paniag e Fernandes (2013), é na tecitura dos mecanismos disciplinares e de controle que a escola e outros instrumentos institucionais exercem comando, desenvolvendo processos de interiorização de comportamentos de integração e exclusão próprios do poder, a fim de produzir discursos que nos governam, que adestram, disciplinam corpos e produzem subjetivações que discriminam e violentam o que foge a norma estabelecida nos cenários institucionais.

Portanto, a escola é parte de um sistema que preestabelece dispositivos disciplinares para os corpos, seja dos discentes, dos professores, do âmbito administrativo. Todas as pessoas que fazem parte deste confinamento priorizam a repetição, pois é por meio dela que determinadas atitudes serão incorporadas permanentemente no comportamento dos indivíduos.

Com isso, o Estado tem papel de destaque na formulação e implementação de Políticas Públicas Educacionais, é através dos seus representantes que a escola se direciona frente as questões do cotidiano. Segundo Ferreira & Nogueira (2015), são as diretrizes escolares e programas educacionais que impactam direta ou indiretamente nas estruturas da escola, desenvolvendo reflexões e análises que possam indicar lacunas e ineficiências, contribuindo com estratégias que possam ser assertivas.

As Políticas Públicas Educacionais se voltam, ou pelo menos devem se voltar, para o enfrentamento das problemáticas existentes no dia a dia da escola, dentre esses, pode-se mencionar as práticas de preconceitos, discriminações motivadas pela intolerância em relação à diversidade de gênero e sexualidade. Neste ínterim, a educação cumpre uma função basilar quando se almeja a valorização da diversidade e a quebra de um totalitarismo respaldado nos porões do patriarcado, conservadorismo e preconceito. Isso, por vezes, é um princípio básico

para assegurar a inclusão, viabilizar igualdade de oportunidades e confrontar/desconstruir preconceitos, discriminações e violências, principalmente no que toca às questões de gênero e sexualidade (Rios *et al.*, 2018).

Ademais, Rios *et al* (2018) expressam que as situações naturalizadas de preconceito e discriminação, fundamentalmente contra estudantes do gênero feminino, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no cotidiano das escolas são comuns, podendo resultar em um baixo rendimento e evasão escolar por parte desses estudantes. A escola é um dos espaços fundamentais do processo formativo para a cidadania e de sociabilidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Entretanto, esse mesmo espaço pode ser repressor e controlador quando a pauta de gênero, sexualidade e suas derivações são expressas. É perceptível que essa limitação implica em consequências desafiadoras para os estudantes, limitando seu aprendizado e bem-estar, apresentando questões ligadas ao desinteresse pelo estudo, a queda do rendimento da aprendizagem e a evasão escolar.

Além disso, Veiga-Neto (2001) destaca que a escola, durante anos, foi uma instituição fechada, responsável prioritariamente pelos processos disciplinares. Entretanto, está passando para uma subjetivação aberta e contínua, no qual os fluxos atravessam todas as dimensões sociais, o que nos ativam, nos fazem participar e nos mantêm sob controle em todas as instâncias, por toda a rede social.

Com isso, faz-se necessário enfatizar algumas bases legais que fundamentam e entendem as discussões de gênero e sexualidade em sala de aula, como medidas para o desenvolvimento do exercício da cidadania e da dignidade humana. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no art. 2º, prevê que “todas as pessoas são capazes de exercer os direitos e liberdades, sem distinção de qualquer condição” (ONU, 1948, p.5). Os direitos sexuais são direitos humanos fundamentais e universais. O direito a identidade e a sexualidade são partes integrais da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento

reverbera na satisfação das necessidades humanas básicas: desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho, afeto, carinho e amor. Desse modo, para que o indivíduo possa ter qualidade de vida, deverá ser assegurado os direitos a identidade e a sexualidade, sendo reconhecidos, promovidos, respeitados e defendido.

Ademais, no que se refere a Constituição Federal Brasileira de 1988, vale destacar o art. 3º, inciso IV, aponta que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Brasileira (LDB) afirma que o processo educativo abrange a formação dos indivíduos, sendo desenvolvidos nos movimentos sociais e nas manifestações culturais, além de se ligar a práticas sociais. Além disso, ressalta que o ensino exige condições de igualdade para o acesso e permanência dos estudantes na escola, incluindo a liberdade de aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação cultural, colaborando para a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas (Souza & Fialho, 2020).

No art. 43 da Resolução nº4, de 13 de julho de 2010, que institui o Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação (CEB), é tratado o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas e seus regimentos. Tal documento tem como uma das missões da unidade escolar o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural da qual integra as ações educativas, a organização e a gestão curricular.

Dessa forma, todos os marcos legais expressos nos parágrafos anteriores apontam para a valorização e a promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, as pessoas com deficiências, entre outras. Tais arranjos são princípios para uma formação educativa estruturada na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso e a permanência ao ensino e à equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual dentre outras.

Contudo, desenvolver as temáticas de gênero e sexualidade no âmbito escolar tem sido, até os dias atuais, um desafio, em decorrência de posicionamentos conservadores e religiosos que se fazem presentes nas instâncias políticas do Estado brasileiro. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 sofreu interferência religiosa ao contar com a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Frente Parlamentar Evangélica, bem como os Planos Estaduais e Municipais de Educação de todo o Brasil. Segundo Figueiredo (2022), a atitude foi nitidamente efetivada com a finalidade sistemática de excluiu quaisquer detalhes que pudessem estar diretamente conectados as pautas de gênero e sexualidade.

Por isso, o debate e a implementação de uma Política Pública Educacional que potencialize as diferentes formas de existência dos indivíduos, de viver as masculinidades e as feminilidades, indica a necessidade de uma reconstrução social e cultural. Isso implica não nas barreiras do totalitarismo polarizado nas definições de masculino e feminino agarradas ao modelo biomédico, mas produzidas pela pluralização de experiências, de modos de vidas.

O Direito à educação de modo igualitária para quaisquer ser humano deve ser garantido como expresso na Constituição Brasileira de 1988, entretanto, pesquisas apontam para dificuldade em garantir uma educação pautada em princípios éticos que mobilizem o acolhimento da população LGBTQIAP+ no âmbito escolar. Com isso, Neves *et al.* (2015) aponta em sua pesquisa que ainda há estigmas, silenciamentos, desafios e preconceitos quando o assunto é educar para a diversidade. Já Silva e Maio (2017) afirmam que, no contexto escolar, as pessoas transgênero são invisibilizadas o que as submetem a conjuntos que historicamente configuram uma das mais esmagadoras formas de opressão.

## **Método**

### **Participantes**

A pesquisa-intervenção teve como premissa uma ruptura com os enfoques tradicionais, como expressa Rocha e Aguiar (2003). Esse formato proporciona uma atuação transformadora da realidade sócio-política, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. Com isso, essa pesquisa foi realizada na cidade de Itapipoca – CE, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, instituição educacional que desenvolve suas atividades em tempo integral, localizada na Av. da Universidade, 102 - Madalena, Itapipoca - CE. A escola foi escolhida por desenvolver ações que abordam os diversos aspectos do desenvolvimento do discente em várias dimensões.

Dessa forma, o público da análise foi constituído por 6 pessoas, sendo 5 profissionais do âmbito técnico da instituição e 1 membro da Associação da Diversidade de Itapipoca (ADI). Todos os profissionais da instituição foram convidados via e-mail institucional, com convite formalizado, assim como foi elucidado que não haveria distinções de gênero, classe social, idade e/ou condição religiosa.

Compareceram aos círculos de cultura pessoas com faixa etária de idade entre 28 e 36 anos, sendo 3 homens cisgênero e 3 mulheres cisgênero. Quanto a sexualidade, foram 3 pessoas que se declaram heterossexuais, 1 pessoa bissexual e 1 pessoa pansexual. Quanto a raça, estiveram 3 pessoas autodeclaradas pardas, 2 pessoas autodeclaradas negras e 1 pessoa autodeclarada branca. No que tange ao grau de escolaridade, 1 pessoa com ensino superior incompleto, 2 pessoas com ensino superior completo, 2 pessoas com pós-graduação e 1 doutor(a). Vale destacar que nenhum dos servidores(a) presentes era docente, todos(a) eram dos serviços técnicos, fato este que posteriormente será relatado de modo minucioso.

### **Instrumentos**

As amostras foram obtidas em dia pactuado previamente, após assinatura de liberação da pesquisa por parte da gestão da escola, sendo o pesquisador responsável por toda a coleta. Assim, foi questionado para os profissionais sobre o interesse na pesquisa, além de ter sido apresentados os objetivos, acompanhado pela leitura do Termo de Consentimento de Livre Esclarecido – TCLE e o Termo que autoriza o uso de voz e imagem. Quanto aos critérios de exclusão, não foi permitida a participação de menores de 18 anos, profissionais não indicados pela equipe da instituição de ensino, pessoas que não compõem a ADI e/ou pessoas que a princípio expressem quaisquer tipos de agressão, física ou psicológica, colocando em risco a integridade dos participantes.

A opção metodológica para a coleta de dados da pesquisa-intervenção teve sua base nas ações freirianas, através do círculo de cultura, propondo um modelo de intervenção que problematiza as questões que se implicam no cotidiano dos sujeitos. Deste modo, não se propõe a ser um mero método bancário, ou de pura coleta científica, mas embasado na problematização da realidade.

Dessa maneira, Freire (2002) expressa que o fato de problematizar permite que o sujeito e seu coletivo saiam da superficialidade, debatam de modo aprofundado, estabelecendo relações com o histórico, o social, o cultural, o humano, para a curiosidade epistemológica, dialógica, aberta, crítica, curiosa, indagadora e não apassivada. Assim, os indivíduos e os coletivos assumem responsabilidades e passam a possuir instrumental para mobilizar ações que intervenham politicamente no mundo.

Ademais, para Danta e Linhare (2014), no II Caderno de educação popular em saúde, lançado pelo Ministério da Saúde, expressa que os círculos de cultura promovem a horizontalidade na relação estabelecida em um grupo e valoriza a cultura local da oralidade, contrapondo-se em seu caráter humanístico, à visão elitista de educação. Esse processo de pesquisa/intervenção se caracteriza pelo dialogicidade pautada nas experiências dos atores –

sujeitos, o qual se orienta pelo desejo de cada um e cada uma aprenderem as falas do outro e da outra, problematizando-a e problematizando-se.

## **Procedimento**

### ***Coleta de dados***

Durante as etapas de execução do círculo de cultura, os membros interagiram, desde o princípio, elencando questões que fazem parte do cotidiano no âmbito escolar que estavam ligados diretamente ao eixo temático. O círculo, para Freire (1980), é um espaço de partilha, onde todos ensinam e aprendem, constituem encontros e significados, todos possuem liberdade de expressão, estabelecida através do diálogo aberto à escuta do outro, com o outro.

Freire (2002) também afirma que ao desvelar um tema, rompendo os aspectos enganosos que possam estar associados a este, o conhecimento que pode se encontrar parcial e incompleto passa a fazer sentido na medida em que é produzido e (re)produzido como um modo de apreender a realidade e como forma de intervenção no mundo. Com isso, para o desenvolvimento de cada círculo de cultura, foram seguidas as fases: formação do grupo, investigação temática/palavras geradoras (levantamento do universo vocabular), tematização, problematização (desconstrução) e a reconstrução (conscientização e direcionamento para a autonomia) e avaliação.

Os membros foram questionados pelo animador/coordenador sobre concordância com o Termo de Consentimento de Livre Esclarecido – TCLE e o Termo que autoriza o uso de voz e imagem. Após autorização concedida, foi feita uma breve rodada de apresentações, seguida do processo de investigação temática, as palavras geradoras que foram utilizadas, são: Identidade de Gênero e Nome Social. A partir deste momento, os participantes começaram a utilizar associações que tivessem diretamente ligadas as palavras.

No primeiro grupo sobre Identidade de Gênero, as palavras que tiveram maior expressão foram: direito, violência, performance, reconhecimento, pertencimento, cultura,

preconceito, sofrimento e luta. Já no que se refere ao segundo grupo sobre Nome Social, as palavras em destaque foram: direito, dignidade, aceitação, inclusão, adaptação, coragem, respeito, cidadania, conquistas, luta e Políticas Públicas. Sobre as questões apresentadas, os membros tinham a seu dispor no centro do círculo, cartolinas, papel madeira, canetas, lápis de cor, pincel e outros materiais que poderiam ser utilizados na fase de tematização. Após as explicações, foi solicitado que retratassem as questões que surgiram na primeira fase de modo artístico, ou por meio de quaisquer formatos que pudessem dar conta das questões apresentadas. Alguns desenharam e outros escreveram, na medida que ocorria o momento, algumas problematizações se acentuavam de modo tímido sobre a temática.

Neste processo, os temas e as palavras geradoras são codificados e decodificados, buscando a consciência do vivido e o seu significado social, o que possibilita a ampliação do conhecimento e a compreensão dos educandos sobre a própria realidade na perspectiva de intervir criticamente sobre ela. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. (FREIRE, 2002, p. 74)

Na fase de problematização, a participação do membro da ADI foi fundamental, pois permitiu explicar situações existenciais típicas, carregadas dos elementos que foram decodificados pelo grupo. Tais questões como os preconceitos e discriminações ainda presentes no contexto educacional, dificuldades culturais, impactos favoráveis, políticas públicas, dificuldade em abordar a família para estabelecer diálogo, dentre outras perspectivas que serão abordadas nos resultados. Por fim, foi concretizada uma avaliação dos círculos permitindo explicações gerais sobre os momentos, questionando a viabilidade de ocorrerem outros momentos, seja com o mesmo grupo ou com outros servidores.

### ***Análise de dados***

Sobre a análise dos dados, ocorreu através da análise de conteúdo, sendo necessário cumprir as etapas propostas por Bardin (2011), tendo como fases fundamentais: A pré-análise,

onde o pesquisador coletou materiais para uma leitura flutuante, implicando-se na ação de conhecer afundo o material coletado, permitindo maior familiaridade com o conteúdo; na fase seguinte, foram escolhidos os documentos (artigos, livros, dados em sites, etc) que compuseram o material que da forma ao conteúdo analisado; na terceira etapa, o pesquisador se pautou nos objetivos da pesquisa e alinhamento dos resultados dos dados que foram tratados; já na quarta fase, foi providenciado a referência dos índices e a elaboração dos indicadores que se configuraram como instrumentos de marcação, permitindo que o pesquisador extraísse o máximo de informações possíveis do material; concluindo este processo, na quinta e última fase, o pesquisador providenciou o material bibliográfico e o cruzamento com as apresentações no círculo de cultura, transformando todo o conteúdo em dados padronizados, estruturados de acordo com os principais eixos debatidos e mobilizados no decorrer do processo (Urquiza; Marques, 2016).

Assim, a análise de conteúdo abriu espaço para identificar classificações de respostas comum apresentadas no círculo de cultura, dando a oportunidade de perceber o atual recorte situacional da problemática trabalhada, afim de uma unificação de análise das respostas que se assemelham.

### **Considerações éticas**

O projeto foi submetido para o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário INTA – UNINTA, campus Itapipoca e seguiu todas as diretrizes e normas regulamentadoras descritas nas resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde Brasileiro. As entrevistas foram realizadas mediante o consentimento livre e esclarecido de cada uma das participantes.

## Resultados

### **Transformar: identidade de gênero e nome social, a escola na cultura e a cultura na escola**

Certo dia um discurso chamou atenção, por ser carregado de sofrimento, um homem transgênero expressou que foi impedido de frequentar a escola. Em seus dizeres, não se tratava de ter sido expulso de maneira direta, mas com uma certa suavidade que insistentemente o retirava deste contexto. Os olhares, a negação do uso de seu nome social, a tentativa constante de silenciamento, dentre outros fatores.

A partir de então, essa pesquisa toma forma, ampara também pelas expressões de Junqueira (2009), quando aponta que há uma negação de reconhecimento da diversidade sexual/gênero em ambientes escolares, pois docentes costumam se dirigir a seus grupos de discentes como se no espaço não houvesse a presença de gays, lésbicas, bissexuais, ou alguém com identidade sexual e/ou de gênero diferente da condição heteronormativa. Corroborando ainda com Santos e Santos (2011), a evasão de pessoas LGBTQIAPN+ do contexto escolar tem fonte nas agressões sofridas, no âmbito simbólico e/ou real, sendo as pessoas trans as que possuem maior dificuldades de realizar atividades comuns do cotidiano, como por exemplo, usar o banheiro.

Como afirmado em trechos anteriores, a escola se configura como palco para tramas que tecem também questões do cotidiano social, Foucault (1988) parte da perspectiva que a sexualidade, assim como o gênero, não foi/é silenciada pela prática escolar, mas há uma repressiva que ocorre desde o século XVIII, concentrando formas e discursos que impossibilitam a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos, em prol de uma normatização imperativa dos corpos. Este processo chega à estrutura escolar e proporciona um lugar de limitações frente as diferenças de gênero, sexual e outras que por ventura se apresentem.

Portanto, o princípio de determinação do sistema biológico e a prática sexual ainda ocupa o cerne dos debates conservadores e dificulta a quebra de paradigmas e preconceitos. Em um momento do círculo de cultura, é realizada a seguinte expressão pelo membro F2P (nome fictício): “Nem sempre é fácil saber distinguir o que é gênero, o que é sexualidade. Eu mesmo fui educado numa lógica diferente, onde só existia nascer homem ou mulher”.

Percebe-se, então, o quão a partir da definição de normas que predispoem papéis nos corpos as repetições se formulam, criando um tipo de discursos estabelecido através de uma relação de poder, o qual a heteronormatização esteve/está propagada nas diversas camadas, seja nos discursos médicos, midiático ou jurídico, instituindo modelos que inscrevem práticas como pertencentes ao corpo do homem e da mulher. Nesse contexto que as atribuições voltadas as performatizações do masculino e feminino acontece, limita-se as compreensões geralmente ao cunho biologizante.

Em outro momento, a fala parte de E8B (nome fictício) expõe: “...é comum não saber diferenciar gênero e sexualidade, mas, além disso, os próprios profissionais não querem se debruçar sobre o assunto. A gente nota que alguns riem, tratam a pauta como brincadeira ou banalizam...”. Todos os membros concordaram com o exposto e continuaram o debate expressando que alguns, inclusive, falam sobre respeito a diferenças no processo pedagógico, mas que no cotidiano reproduzem atos discriminatórios.

(...) o preconceito está presente em todos os lugares. Exemplo disso é que aqui sempre são os mesmos que estão presentes quando a pauta é essa. Por exemplo, hoje aqui viemos nós, mas sempre são os mesmos. Quando se trata de respeito e dignidade da população LGBTQ+, outras pessoas que estão na instituição não aparecem, são exatamente elas que deveriam estar aqui. (Participante M6K)

Nesse sentido, recordo-me do exposto por Junqueira (2012), quando diz que a observação e a análise do cotidiano nos espaços escolares revelam que existe um estreito

vínculo a processos sociais, por meio dos quais se desdobram e aprofunda a produção de diferentes, distintos e clivagens sociais. O autor indica que a presença da heteronormatividade na escola está impregnada nos currículos e bases que estruturam este espaço, compondo uma rede de poderes, controle e vigilância, promovendo classificações, hierarquizações, privilégios, estigmatização, marginalização, comprometem o direito à educação de qualidade e o exercício de cidadania.

Ademais, é oportuno destacar que, nos últimos anos, temos presenciado insistentes posicionamentos conservadores que invadem o cenário escolar quando o assunto é gênero e sexualidade. As mobilizações efetivadas pela bancada evangélica nas instâncias de governança do país cunharam o termo “ideologia de gênero”, alegando que projetos como o “Escola Sem Homofobia”, que tinha apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC, fomentava a distribuição de “kit gay”, induzindo a crianças e adolescentes no que diz respeito a sexualização. Entretanto, o projeto tinha como proposta contribuir na estruturação de ambiente favoráveis, garantia de direitos e respeito a condições sexuais diversas e identidade de gênero no âmbito escolar

Além disso, Sérgio Carrara (2015) expressa que a ideia de igualdade entre homens e mulheres, e o reconhecimento da diversidade de gênero e sexual, são de fato os tensionamentos que os grupos conservadores temem. Deste modo, as relações de poderes que privilegiam a heteronormatividade e atravessam gerações têm seu espaço questionado, necessitando diálogo com a diferença. Fato este que se faz basilar na escola, por ser espaço de coletividades, pluralidades e transformações, necessitando que os agentes envolvidos participem ativamente do processo. Ademais, há um desafio cravado no explanado até aqui, como tornar a participação e adesão dos membros da escola efetiva no debate e no cotidiano, tendo em vista os entremeios apresentados no campo social?

No círculo de cultura, o membro da ADI participante elucidou a distinção entre identidade de gênero e sexualidade, desse modo, respondeu conforme as palavras de Melo e Sobreira (2018), apresentando que a identidade de gênero está relacionada ao reconhecimento do eu na experiência de ser no mundo. Já a condição sexual está atrelada ao sentido do desejo sexual do indivíduo, se pelo mesmo sexo, pelo oposto ou por ambos.

Na fase de avaliação, o participante F2P diz:

(...) esse foi um momento importante, saio compreendendo pontos que não havia pensado anteriormente. Bom, seria se todos participassem, acho que podemos fazer outros momentos como este. Convidar outras pessoas. Mas temos que pensar o dia, pois sempre há muitas ocupações.

Percebe-se, então, que a pesquisa-intervenção tem impacto no cotidiano e compreensão dos agentes envolvidos, possibilitando transformações e aprendizado uns com os outros. Ao final, foi proposto a replicabilidade do formato com outros profissionais que não puderam comparecer, mas que tenham interesse nesse processo construtivo.

### **Transtornar: caminhos abertos e caminhos fechados**

Em consonância com as palavras: cidadania, direitos e afeto, apresentadas na primeira fase do círculo de cultura, o participante G6Y afirmou:

(...) é, eu penso que já tivemos avanços. Hoje percebemos que os jovens podem expressar seus afetos no corredor da escola, na minha época não era bem assim. Mas mesmo assim, em algumas situações há comentários maldosos, sabe? Quando vejo, tento barrar, mas continua sendo desgastante.

A garantia de Direitos e o exercício da cidadania ganharam significativos avanços com processo de reafirmação dos grupos, principalmente nos movimentos sociais, cenários políticos, mídias e outros meios. Com isso, Butler (2018) demarca que há uma ação

expressiva, ocupando espaços e efetivando representações plurais, elas deixam em evidência o entendimento de que há uma situação compartilhada, o que contesta a moralidade individualizante, pois os corpos se reúnem em assembleias nas ruas, nas praças ou em outros locais públicos, é o exercício do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis (Butler, 2018, p. 31).

Os corpos estão diariamente dizendo, “eu existo, não sou descartável. Posso reivindicar pelos direitos, por justiça”. A formulação de leis também são instrumentos para a reafirmação de pessoas LGBTQIAPN+, a própria Constituição Brasileira de 1988 tem em seus dizeres que todas as pessoas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, defende no Art. 20 que: “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Com pena de reclusão de um a três anos e multa”.

No Ceará, a Lei Estadual 17.480/2021 determina que os estabelecimentos comerciais Essas são medidas que objetivam a responsabilização de atos que possam ser violentos e podem permitir possíveis mudanças socioculturais frente às questões de identidade de gênero e sexualidade. Contudo, é salutar compreender que todo direito é resultado de conquistas árduas e que as relações de poder existentes demandam constante alerta.

Ademais, no que diz respeito a pessoas transgênero e a perspectiva da identidade de gênero, o participante G6Y relatou:

(...) aqui existia um homem trans, professor na instituição, mas ele não se colocava como tal, chamávamos pelo nome feminino, até que um dia, ele afirmou que o nomeasse de outro modo. Entendemos e respeitamos, mas até hoje há pessoas que quando vão se referir a ele, trata no feminino.

A produção de sofrimento em decorrência da condição da não aceitação social do uso do prenome por pessoas trans e o uso de espaços como banheiro de acordo com o gênero

reconhecido são fatores que intensificam perceber o contexto escolar de modo aversivo. De acordo com Mota *et al* (2022), é por meio do nome que o indivíduo se identifica, se relaciona, é reconhecido tanto social quanto oficialmente por órgãos e instituições estatais, a ressignificação da própria história está intrinsecamente ligada ao nome, pois é a partir dele que se pode estabelecer humanização e garantia de direitos.

Para Butler *apud* Rocon *et al* (2019), o Outro é determinante no processo de produção de si, na medida em que nos constituímos na relação com alguém que se dirige a nós, em meio a uma necessidade, um desejo por esse Outro como condição para existir (Rocon *et al*, 2019, p. 09). Nesse sentido, é necessário pontuar que a condição do não uso perpetua a violência através da desigualdade e da distinção de tratativa, podendo produzir sofrimento.

No ano de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a ADI 4.275, essa objetiva o reconhecimento do direito à mudança de nome e gênero das pessoas trans no registro civil, independentemente de prova de intervenção médica, fato este relevante na garantia de direitos da população transgênero no Brasil. Além disso, Freire (2020) agrega ao afirmar que, através do processo de requalificação civil, outros direitos podem ser levados em consideração, como o direito à saúde, o direito à educação, o direito à autodeterminação sexual e o direito à dignidade.

Ou seja, através do reconhecimento da identidade de gênero e a mudança de prenome, várias esferas são impactadas no processo de cidadania e qualidade de vida. Nesse sentido, o uso do nome social contribui para uma relação de cultura política entre o Estado e os grupos sociais entendidos excluídos historicamente, problematizando a compreensão sobre gênero e sexualidade em diversos meios, além de possibilitar ocupar novos espaços e conquistas, fato que ainda requer atenção. No desenvolvimento do círculo de cultura, em outro momento, a profissional S4F se manifesta:

Nós temos muitas meninas e meninos trans aqui, mas boa parte ainda se sente inibida, inibido de se expor, há um receio, em decorrência do que pode acontecer, tanto na família, como na própria escola.

Junqueira (2012) diz que as normas de gênero podem aparecer em condição nua e crua das pedagogias do insulto e do armário. Qualquer indivíduo percebido como “não heterossexual” é frequentemente degradado à condição de “menos humano”, merecedor da ira homofóbica cotidiana de seus pares e superiores, que degustam de impunidade frente a seus atos, na maioria das vezes. Os direitos de corpos trans em situação de exposição podem ser suspensos e contra eles(as) vertida toda fúria da coletividade.

Tendo em vista alguns relatos apresentados, faço uso dos estudos de Mota *et al* (2022), que foram realizados nas políticas públicas de saúde, entretanto, podemos utilizar recortes similar na leitura sobre as políticas de educação, quando afirma que há limitações reforçadas pelas normas cisgênero e por meio do legalismo. Quando se trata de diferenciar e hierarquizar pessoas ou grupos, no caso em questão, o fato do receio da violência cotidiana, nos diversos dispositivos e contextos pode ser fonte de sofrimento para aqueles(as) que o vivenciam, pois invalida a existência do sujeito, sua subjetividade e sua identidade, além de desenvolver um afastamento deste espaço tendo o direito a educação ameaçado.

Tais experiências, quando lidas contra o pano de fundo das relações entre poder e linguagem deixam em evidência um tipo de sofrimento cuja origem pode ser localizada na maneira como as sociedades relacionam gênero, corpo e sexualidade (Mota, 2022, p. 08).

### **Transcender: “não faltam programas, falta participação e empenho ético”**

Considera-se que um dos referenciais legais para fomentar as questões de gênero e sexualidade é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser implementada ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Das dez competências gerais contidas no

documento, ressalta-se a competência nº 9 por orientar o exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização das diversidades de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes e identidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Souza & Fialho, 2020).

No círculo de cultura, uma fala tomou proporções e impactos em todo o grupo quando o participante G6Y afirmou:

(...) nós colocamos ali Políticas Públicas, cidadania e direitos, mas na verdade já existem políticas, programas, projetos que objetivam mudar a realidade de estigmas e preconceitos nas escolas, o que falta é participação, empenho ético da comunidade, da família, dos profissionais da escola. Fica um responsabilizando o outro e não compreende que é a presença que faz a diferença. Se todos estivessem aqui para aprender e ensinar, seria diferente.

Nesse aspecto, a mobilização implicou aos atores a concordância, reafirmando que apenas uma pequena parcela dos membros escolares tem interesse na pauta, evento que nos leva a acreditar que as práticas do cotidiano não envolvem estes sujeitos, demandando estratégias para o que, nas palavras de Louro (1997), é preciso problematizar, tanto as teorias que orientam nosso trabalho, quanto nossa atenção para a linguagem que utilizamos. Assim, percebe-se que as questões de sexistíssimo, racismo e o etnocentrismo é frequentemente carregada, tornando-se uma tarefa difícil e complexa de ser executada.

A escola guarda ainda em seus porões um tom militarista, autoritário e disciplinador, o imperativo do gênero biológico ainda pode estar em destaque para justificar perspectivas divisórias, assim, como as fortes concepções políticos-religiosas radicais que assolam os espaços do Estado. Portanto, como elucidado por Louro (1997), a escola não apenas imprime conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas ela “fabrica” sujeitos, produz identidades

étnicas, de gênero, de classe, e está comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida, com nossa participação ou omissão. Isso se configura como uma prática política que se transforma e pode ser subvertida, descobrindo justificativas para tentar intervir com a tentativa de viabilizar diminuir as desigualdades.

Assim, apesar de todos os engodos percebidos no contexto escolar frente a temática de identidade de gênero, nome social e sexualidade, principalmente a ausência de profissionais docentes, nos faz crer que as limitações estão no cerne cultural e se propagam amparadas pela dicotomização biologizantes e patriarcais que definem o que é masculino e feminino de modo binário e cristalizante.

No decorrer do círculo de cultura, destaco uma fala que chama a atenção, S4F manifesta:

(...) apesar de tudo, estamos nós aqui. Continuamos, por nós, por nossos alunos, a gente persiste, sabe? Não é fácil. São os olhares, são os boicotes, as risadas escondidas, os falatórios, dizem “eles que falam sobre isso”, pois é, nós falamos.

Em paralelo a isso, os demais concordavam e balançavam a cabeça. Há uma percepção de fortalecimento entre os membros do grupo, a partilha e o desejo de mudanças, um cenário ético, político e de transformações por excelência, apontando que a escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos programados, ou apenas um local de se reproduzir discursivas, mas de repensar atitudes, valores, orientações e superações de preconceitos e paradigmas.

Como aponta Tárrega e Curciolli (2019), a escola é um local público por necessidade, pluriverso, onde desabrocha manifestações das diferentes expressões de gênero e sexualidade, em um panorama de possibilidades e liberdades. As pessoas que compõem esse cenário, independente das atividades que desenvolvam, têm relevante papel nesse exercício e o fato de um conjunto destes se mobilizarem através do afeto, da partilha, com reconhecimento de

direitos e organizando-se entre eles(a), o que certamente ganha relevo para contrapor o poder hegemônico e, assim, estabelece uma normatização sobre os corpos e os gêneros.

Outro fato que também pode ser manifesto foi a realização da I Jornada Transformar, Transtornar e Transceder: Gênero, Sexualidade e Uso do nome social em pauta, o evento teve como proposta mobilizar um tema que carece de debates na região, assim como necessidade de mudanças emergentes que possam culminar na garantia de direitos e no acesso a espaços de modo digno e com qualidade para população LGBTQIAPN+, principalmente para o público trans.

Ademais, o evento fez parte da agenda da pesquisa e contou com o apoio do Programa de Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará e o Centro Universitário INTA-UNINTA, campus Itapipoca, além da participação ativa de membros da ADI e da Secretaria de Assistência Social, especificamente a coordenação de Direitos Humanos. Além disso, contou também com apoio logístico da profissional de Psicologia do IFCE Itapipoca.

Assim, foi realizado de modo híbrido, contando com a transmissão via Youtube no canal do Mestrado e presencialmente no auditório do campus UNINTA-Itapipoca. A adesão dos discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário INTA (UNINTA) campus Itapipoca foi positiva, entretanto, apesar dos convites, os discentes de outros cursos e a comunidade externa pouco aderiu, sendo esta última mais participativa na plataforma de transmissão do Youtube. Além disso, percebeu-se também que alguns agentes dificultaram a publicação do evento, ficando o questionamento do real motivo dos atrasos. Sabe-se que a cultura local, como em maior parte do país, tem limitações para tratar do assunto e aborda-o como desnecessário, ou mesmo agride aqueles que se propõem a implementar as discussões, entretanto, é inadiável ações como esta.

Por fim, durante o círculo de cultura, também se mencionou o evento, expressando a necessidade de ampliação para que outros públicos participarem. Ademais, outros desdobramentos puderam ser percebidos após a jornada, como a resistência de algumas pessoas que compõem instituições em detrimento de posicionamentos religiosos, expressa através de ditos preconceituosos ou tentativa de banalizar a pauta, diminuindo-a e tratando-a com menosprezo, aspecto comum de posturas homo e transfóbicas.

### **Considerações finais**

Como diz a canção, “(...)na sala de aula é que se forma um cidadão, na sala de aula é que se muda uma nação”, dessa forma, é através de quem compõe o espaço escolar/social que as transformações ocorrem. Por isso, o novo surge, trazendo a possibilidade de mudanças concretas para uma sociedade plural, além de garantir direitos e promover bem-estar.

Com isso, a educação brasileira tem em seu âmago uma estrutura que ainda hoje reproduz aspectos que estão comprometidos com uma leitura de gênero e sexualidade hegemonicamente pautadas por um determinismo biológico, heteronormativo e binário. Isso reafirma aquilo que também se apresenta de modo geral no contexto social do país, mobilizando preconceitos e violências destinadas para aqueles(a) que não vivem sob as ordens das condições impostas. Logo, apesar dos participantes do círculo de cultura relatarem que essa realidade não se aplica ao grupo presente, eles reafirmam que alguns agentes ainda propagam concepções distorcidas, descomprometidas com a transformação do preconceito e a violência que atravessa a comunidade LGBTQIAPN+, principalmente a pessoas transgênero.

Além disso, o grupo destaca sobre a luta pela igualdade, a justiça, o direito, a dignidade e o acesso à educação garantindo a preservação da qualidade de vida de pessoas trans, seja através do cuidado frente a questões gerais do desenvolvimento da pessoa, seja frente a efetivação de direitos, como a garantia de uso do nome social da pessoa transgênero em todos os espaços. Por isso, as leis formuladas que versam sobre a pauta são fundamentais para as transformações ocorridas e em curso, entretanto, ainda é necessário adesão e mudança por parte da sociedade, com ações que estejam alinhadas a legalidade e punição para os casos de descumprimento, principalmente quando envolvem profissionais que estão inseridos no sistema educacional.

É necessário, portanto, um comprometimento ético daqueles que compõem a educação para o acolhimento a quaisquer tipos de diversidades. A educação é o caminho possível para

uma convivência de respeito e a pauta não é restrita apenas aqueles(a) que são LGBTQIAPN+, mas a toda a comunidade. Assim, pessoas transgênero devem ocupar espaços, dentre eles a escola, para que possam acessar o direito a educação digna, sem constrangimentos e/ou opressões. É comum o relato de desistências por condições de sofrimento vivenciadas pelas pessoas transgênero, fato que reverbera na evasão escola, na dificuldade posterior de acesso ao trabalho, além de quadros de sofrimentos psíquicos intensos.

Por fim, acredita-se que um pequeno coletivo pode desenvolver significativas mudanças, promovendo ações que impactam na composição política dos contextos, na reflexão e quebra de paradigmas e preconceitos de temas importantes como este, no fortalecimento e senso de pertencimento criado pelo e com o próprio grupo. A pesquisa intervenção foi como um sopro de esperança que nos diz que é possível transforma, transtornar e transcender na luta, no afeto, fazendo junção para caminhar.

## Referências

- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinho. *Livraria Martins Fontes*.
- Brasil. (2010). Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. *Ministério da Educação*.
- Borges, T. M. C., & STURZA, J. M. (2018) Transexualidade: os direitos da personalidade e seus efeitos jurídicos. *Revista de Direito Faculdade Dom Alberto*. 07(1), 91-115.
- Butler(a), J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Butler(b), J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*, (1). São Paulo: Edusp.
- Butler(c), J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* (1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler(c), J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio.
- Carrara, S. (2015). Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, 21, 323-345.
- Colling, L. (2018). Gênero e sexualidade na atualidade.
- Dantas, V. L., & Linhares, Â. M. B. (2014). 2.4 Círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular1. CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, 61.
- Ferreira, L. A. M., & de Barros Nogueira, F. M. (2015). Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. *@rquivo Brasileiro de Educação*, 3(5), 102-129.

- Figueiredo, G. D. O., Siqueira, V. H. F. D., Silva, A. C. D., & Giroux, H. A. (2022). Educação, políticas públicas e direitos sociais: práticas, críticas e utopias.
- Firmino, F. H., & Porchat, P. (2017). Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 19(1), 51-61..
- Foucault, M.(a) (1999). Em defesa da sociedade. Tradução de Maria Ermantina Galvão.
- Foucault, M. (b) (1988). História da sexualidade I: a vontade de saber. In *História da sexualidade I: a vontade de saber* (pp. 152-152).
- Foucault, M. (c) (2012). *História da Sexualidade 2; O Uso dos Prazeres*; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Freire, P. (a).(1980). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (b). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. (10). São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, L. (2020). Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais. *Mana*, 26.
- HUMANOS, D. U. D. D. (2015). Declaração universal dos direitos humanos. Acesso em, 13, 175-196.
- Gonçalves, C. D. J. M. (2014). *Transexualidade e direitos humanos: o reconhecimento da identidade de gênero entre os direitos da personalidade*. Juruá Editora.
- Guareschi, P. (2012). O que é mesmo psicologia social? Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. *Diálogos em psicologia social*, 37-52.
- Junqueira, R. D. (a). (2009). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*.
- Junqueira, R. D. (b) (2012). *O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 59-69.

- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação* (p. 20). Petrópolis: vozes.
- Machado, R. (1979). Por uma genealogia do poder. *FOUCAULT, M. Microfísica do poder*, 25, 7-23.
- Melo, T. G. R., & Sobreira, M. V. S. (2018). Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. *Temas em saúde*, 18(3), 381-404.
- Mota, M., Santana, A. D. D. S., Silva, L. R., & Melo, L. P. D. (2022). “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 26, e210017.
- Neves, A. L. M. D., Sadala, K. Y., da Silva, I. R., Teixeira, E., Ferreira, D. S., & Silva, F. A. (2015). Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19, 261-270.
- Pinheiro, E. (2022). Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. *Brasil de fato*, 23.
- Paniago, M. D. L. F. D. S., & Fernandes, E. M. D. F. (2013). O corpo educado: a escola como dispositivo disciplinador na sociedade de controle.
- Richartz, A. P. S. (2018). O direito à mudança de prenome e de gênero de pessoas transexuais à Luz do Ordenamento Jurídico Brasileiro.
- Rios, P. P. S., de Melo Cardoso, H., & Dias, A. F. (2018). Concepções de gênero e sexualidade d@s docentes do curso de licenciatura em pedagogia: por um currículo Queer. *Educ. Form.*, 3(8), 98-117.
- Rocha, M. L. D., & Aguiar, K. F. D. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: ciência e profissão*, 23, 64-73.
- Rocon, P. C., Barros, M. E., Sodr e, F., & Rodrigues, A. (2022). O reconhecimento e o aparecimento público como determinantes para a saúde: diálogos com mulheres transexuais e trabalhadores (as) da saúde. *Saúde e Sociedade*, 31, e210356pt.

- Santos, R. M. S. & Santos, A. S. (2011). Memórias de trajetórias escolares de travestis. *Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queiros*. (1), (3).
- Silva, A. L. R. D., Finkle, M., & Moretti-Pires, R. O. (2019). Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. *Trabalho, Educação e Saúde*, 17, e0019730.
- da Silva, F. G. O., & Maio, E. R. (2017). Pesquisas em educação sobre travestis nas escolas. *Bagoas- Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 10(15).
- de Souza, H. H., & Fialho, L. M. F. (2020). A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola. *Inovação & Tecnologia Social*, 2(3), 19-32.
- Tárrega, M. C. V. B. & Curciolli, L. N. M. (2019). Diversidade sexual e educação: a escola como um lugar de reação às representações sociais, in: *Gênero, Sexualidade e Direitos Fundamentais para além do binarismo*. Porto Alegre-RS, editora Fi.
- de Albuquerque Urquiza, M., & Marques, D. B. (2016). Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. *Entretextos*, 16(1), 115-144.
- Vasconcellos, L. M. V., & Caetano, V. N. (2014). *Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Veiga-Neto, A. (2001). Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*, 2, 09-20.